

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária¹

Palavras Chave

Cédula do Produtor Rural (CPR)
Derivativos
Crédito Rural
Concentração Fundiária.

New socioeconomic relations in rural areas: a critical analysis of the rural producer card (RPC) as a vector of land concentration

Este artigo consiste numa interpretação da realidade rural brasileira a partir do escasseamento do crédito rural oficial – dada a partir da crise fiscal dos anos 1980 - e sua substituição pelos novos instrumentos privados de financiamento rural. Identificam-se e se relacionam nessa dinâmica: o deslocamento da função do Estado e a reestruturação produtiva e fundiária ocorrida no Brasil nas últimas duas décadas. Destaca-se nessa dinâmica a reorganização do espaço rural brasileiro, avançando espacialmente a produção de culturas voltadas ao mercado externo, em detrimento dos produtos que atendem ao mercado interno e se intensifica a concentração fundiária no país. Este período é marcado pela formação dos derivativos do agronegócio, em especial a cédula do produtor rural (CPR).

Universidade de São Paulo

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária

This paper is an interpretation of Brazil's new rural dynamic, from the scarcity of public credit offer – caused by the financial crises of the 1980's – and its replacement by the new private rural financing instruments. It's identifiable as related forms in this development: the displacement of the state function such as the products chosen by the producers and the land distribution in the last two decades. It's highlighted here the advance of export commodity planted areas in spite of products aimed to the domestic market, and the acceleration of land concentration in Brazil since the 2000's – when agribusiness derivatives, specially the rural producer banknote (CPR), have consolidated the national secondary financial market.

Keywords

Rural Producer Banknote (CPR)
Derivatives.
Rural Credit.
Land Concentration.

¹ Pesquisa de iniciação científica realizada entre agosto de 2018 e julho de 2019, orientada pelo Prof. Dr. Alexandre Maccione Saes na Faculdade de Economia, Administração e contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), com bolsa auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O trabalho fora apresentado na fase internacional do 27º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo (27º SIICUSP) em 5 de novembro de 2019, recebendo menção honrosa da Pró-reitoria de pesquisa da Universidade de São Paulo.

RURAL COMO ILUSTRAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE

“é possível dizer que todos os momentos mais notáveis da história da sociedade brasileira estão influenciados pela questão agrária” (Octavio Ianni, 1984)²

² IANNI, Octavio. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo SP. Brasiliense. (2004).

³ Na obra Poder e contrapoder na América Latina, o professor Florestan Fernandes – a mais importante referência teórica do presente trabalho – relata a importância no acesso ao crédito privado como uma baliza fundamental no sucesso das células produtivas coloniais. Ver: FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina. São Paulo. Expressão Popular. 2015.

⁴ DEAN, Warren. The industrialization of São Paulo. The University of Texas Press. 1969. <?> Neste trabalho nos apoiamos na interpretação da realidade brasileira fornecida em Sociedade de classes e subdesenvolvimento pelo pro-

O desenvolvimento do agronegócio está intimamente ligado ao acesso à crédito por parte dos produtores. Desde o século XVI, a montagem do complexo colonial dependeu de fornecimento creditício flamenco³. Passando mais tarde à dependência de exportadores lusos-portugueses (séculos XVIII e XIX)⁴, do fomento Estatal (início do século XX até a década de 1980) e atualmente ao jugo do mercado privado de crédito, a questão agrária brasileira tem como um de seus determinantes fundamentais atores externalizados à esfera rural⁵. Sendo atividades de retornos não imediatos e sujeitos a riscos diversos – intempéries climáticas, variação dos preços sujeitos a oferta e a demanda internacional, relações trabalhistas conturbadas etc.- a racionalidade econômica que se emprega nesta busca vital para a organização do espaço, da produção, da oferta de trabalho e mesmo do gênero que será cultivado torna-se desequilibrada de acordo com a capacidade do produtor em fornecer garantias aos ofertantes de crédito.

O século XX é marcado por intenso desenvolvimento econômico no Brasil. Apesar da queda de importância relativa do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio no período – fruto do intenso processo de industrialização – o aumento de produtividade e do saldo do setor primário foi impressionante. Este desenvolvimento foi fundamental para sustentar a rápida expansão industrial que se daria no país a partir dos anos 30, em especial a partir da segunda metade da década de 1950⁶. Este período de pujança econômica foi fruto do projeto desenvolvimentista colocado em prática pelo governo Federal do Brasil a partir da Era Vargas, passando pela segunda

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária

república e pelos governos militares, tendo fim em meados dos anos 1980.⁷ O desenvolvimentismo, entretanto, é tratado pela literatura econômica como exclusivamente comprometido com a esfera industrial, ao passo que a produção dos insumos industriais, a liberação da mão de obra, a produção de alimentos e o fornecimento de energia para que fosse possível o amadurecimento da indústria dependia do desenvolvimento do setor primário.

O Governo Federal irá realizar, portanto, a partir dos anos 1960, intensa política de fomento ao agronegócio. Esta política, seguindo o modelo de atuação do governo militar, consistirá em amplas aberturas de linhas de crédito a juros baixos, que na prática funcionavam como *subsídios indiretos*⁸ por parte do governo federal aos produtores rurais. Teoricamente, estas linhas creditícias eram abertas a todos os produtores rurais, na prática, por volta de 90% do volume financeiro empregado pelo Tesouro Nacional fora canalizado para fomentar atividade de grandes produtores⁹. Com a crise fiscal enfrentada pelo Estado Brasileiro na década de 1980¹⁰ a administração federal realizará o deslocamento do papel do Estado, tem-se início o período de neoliberalização.

O crédito fornecido pelo governo federal, proveniente do tesouro e emissões de moeda minguará. Em seu lugar, o Estado brasileiro passará a desenvolver instrumentos de financiamento privado para viabilizar o agronegócio. De indutor da economia, o Estado se empenhará agora em viabilizar acordos privados de crédito rural a partir da institucionalização de derivativos rurais, formação de regras para a formação deste tipo de contrato e de órgãos garantidores destes novos vínculos contratuais. Este deslocamento corresponde aos anseios de uma nova forma de *racionalidade*, em que se atribui ao “mercado” a alocação de recursos, acreditando-se que as relações entre privados trarão maior competitividade aos agentes econômicos e assim os recursos escassos da economia serão alocados de forma mais eficiente¹¹. Neste contexto nasce a Cédula do Produtor Rural, correspondendo à essa nova racionalidade.

fessor Florestan Fernandes, em que existiria no país uma esfera moderna de sociabilidade e desenvolvimento, e outra tradicional. Estas esferas não existiriam independentes – como fora proposto pela interpretação dualista de Jacques Lambert em *Os dois Brasis* – mas se interpenetrando, sendo as técnicas modernas inseridas na realidade tradicional e a reforçando, e não a suprimindo. Ver: FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo. Global. 2008.

⁵ Neste trabalho nos apoiamos na interpretação da realidade brasileira fornecida em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* pelo professor Florestan Fernandes, em que existiria no país uma esfera moderna de sociabilidade e desenvolvimento, e outra tradicional. Estas esferas não existiriam independentes – como fora proposto pela interpretação dualista de Jacques Lambert em *Os dois Brasis* – mas se interpenetrando, sendo as técnicas modernas inseridas na realidade tradicional e a reforçando, e não a suprimindo. Ver: FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo. Global. 2008.

⁶ BACHA, José Caetano. *Economia e política agrícola no Brasil*. Campinas. Alínea. 2018.

⁷ É extensa a bibliografia econômica que trata do período e que analisa a intervenção do Estado brasileiro na economia durante o século XX.

⁸ Subsídios indiretos são créditos fornecidos com juros abaixo da inflação.

⁹ BACHA, José Caetano. *Panorama da agricultura brasileira*. Campinas. Alínea. 2018.

¹⁰ A crise fiscal da década de 1980 foi um fenômeno ocasionado principalmente pela alta de juros internacionais forçada principalmente pela forte alta dos juros americanos e ingleses em 1979. Esse fenômeno levou ao descontrole da dívida externa de todos os países da América Latina e foi amplamente

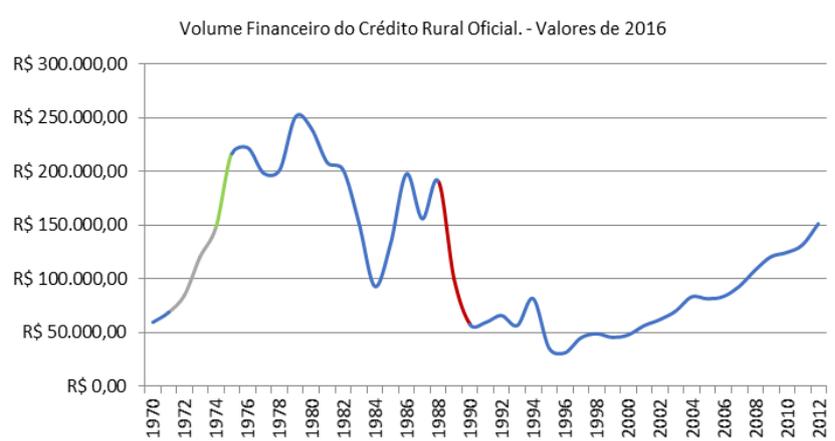


Gráfico 1:

Dados Obtidos em: BACHA, José Caetano. *Economia e política agrícola no Brasil*. Campinas. Alínea. 2018. – confecção própria.

Como se pode observar no gráfico 1, tem-se uma rápida queda do crédito rural oficial (crédito público) a partir de 1987. Não à toa, a CPR, o primeiro derivativo do agronegócio, é instituída pela lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994 e consistirá em um contrato a termo, mediante o qual o produtor rural e suas associações (emitentes) vendem antecipadamente sua safra e entregam o produto no prazo, quantidade e qualidade determinadas em contrato.¹¹ Estes contratos caracterizam uma operação de crédito, uma vez que existe lapso temporal entre o recebimento do recurso financeiro e a liquidação do contrato, tal qual a instituição de juros. Após a emissão do documento de CPR – que já especifica a quantidade, o local e maneira de armazenamento e a qualidade do produto – esta pode ser registrada em cartório, em uma central de custódia e liquidação de títulos e valores (*clearinghouses*), ou mesmo guardada pelo comprador como um contrato privado. A emissão do título é realizada a partir de leilões eletrônicos, onde os bancos atuam apenas como avalistas, uma vez que a liquidação do contrato se daria a partir da entrega física dos produtos.

O salto jurídico que garantiu liquidez às CPRs, entretanto, ocorreu em 14 de fevereiro de 2001, quando a lei nº 10.200 abriu a possibilidade de liquidação dos contratos de forma financeira (não mais em produtos agrícolas), aumentando o interesse de especuladores no mercado secundário; e transformando a CPR em um contrato futuro¹² – CPR financeira. Esta lei também foi responsável por instituir novos derivativos do agronegócio, lastreados em letras de crédito agrícola – CPRs

– como as Letras de crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Depósito de Agronegócio (CDA), Warrent do Agronegócio (WA) e o Certificado dos Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), sendo todos esses derivativos lastreados em CPRs, em sua maioria financeiras.

O deslocamento da principal fonte de financiamento rural (do crédito oficial – público – para o crédito privado) foi acompanhado por forte aumento das taxas de juros empregadas nas atividades rurais, e o desequilíbrio competitivo entre os produtores. Além das taxas de juros subitamente elevadas, os produtores menores enfrentam dificuldades em fornecer garantias às instituições fornecedoras de crédito. Sem produção padronizada, excesso de terras ou mesmo outras possíveis produções para servirem de garantias, ocasionando forte canalização dos recursos aos grandes proprietários/produtores.

Tabela 1:

Fonte: BACHA, José Caetano. Em: *Economia e política agrícola no Brasil*. pág. 98. Confeção própria.

Tabela 1:

Mês	Crédito oficial		CPR financeira			Crédito livre
	Custeio (%) aa)	investimento (%) aa)	180 dias	270 dias	360 dias	
jul/04	8 a 9,5	7,25 a 12,75	23,53	25,26	26,99	20,23
ago/04	8 a 9,5	7,25 a 12,75	23,53	25,26	26,99	20,31
set/04	8 a 9,5	7,25 a 12,75	23,54	23,94	24,36	19,91
out/04	8 a 9,5	7,25 a 12,75	23,41	23,58	23,84	17,29
nov/04	8 a 9,5	7,25 a 12,75	24,1	24,15	24,33	17,87
dez/04	8 a 9,5	7,25 a 12,75	24,33	24,23	24,25	19,61
jan/05	8 a 9,5	7,25 a 12,75	24,62	24,44	24,23	19,28
fev/05	8 a 9,5	7,25 a 12,75	25,54	25,42	25,28	18,26
mar/05	8 a 9,5	7,25 a 12,75	25,26	24,04	24,9	21,14
abr/05	8 a 9,5	7,25 a 12,75	26,72	26,62	26,55	19,5
mai/05	8 a 9,5	7,25 a 12,75	27,03	26,91	26,71	21,42
jun/05	8 a 9,5	7,25 a 12,75	26,99	26,67	26,27	22,21

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária

estudada por François Chesnais. Para mais, ver: CHESNAIS, François. *La Finance Mondialisée*. Paris Éditions la découverte. 2004; CHESNAIS, François. *Les dettes illégitimes*. Paris. Raisons d'agir Éditions. 2011; CHESNAIS, François. *La mondialisation financière*. Genève, coût et enjeu. Paris. Syros. 1996.

¹¹ Este trabalho utiliza o conceito de neoliberalismo trabalhado por Pierre Dardot e Christian Laval em *La nouvelle raison du monde*, onde o neoliberalismo é visto como mais do que uma forma de política econômica de "diminuição do tamanho do estado" ou ausência de intervenções anticíclicas por parte do governo na economia, mas como uma nova racionalidade que irá gerir as relações sociais contemporâneas. Esta nova racionalidade consiste na formação de uma crença comum de eficiência via mercado – mercado como uma instituição antropomorfizada, assemelhando-se à uma entidade divina – na qual as próprias relações humanas passam a ser pautadas por formalismos e regras semi-contratuais, perdendo intensidade os sentimentos, a espontaneidade e a ética. Para mais

ver: DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. La nouvelle raison du monde essai sur la société néolibérale. Paris. Éditions La Découverte. 2010.

¹² Ver: GONZALES, Bernardo César; MARQUES, Pedro Valentim. A cédula do produtor rural – CPR e seus ambientes contratual e operacional. São Paulo. Est. Econ. Jan – Março. 1999.

¹³ Contrato futuro é um tipo de venda a prazo em que se ajustam os preços entre o comprador e o vendedor diariamente. Esta flutuação também traz interesse aos especuladores do mercado secundário, uma vez que se abre a possibilidade de ganhos com a flutuação diária dos preços dos produtos agrícolas nas praças espe-

Universidade de São Paulo

Avesso

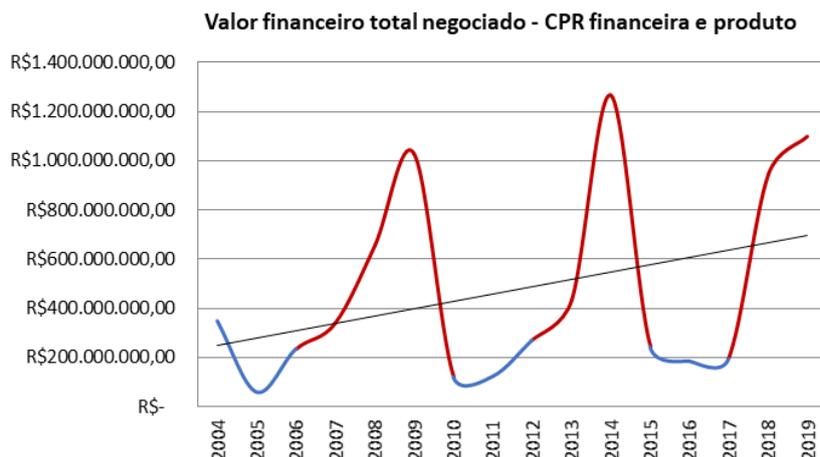


Gráfico 2:

Dados públicos fornecidos pela CETIP. Confecção própria¹⁴.

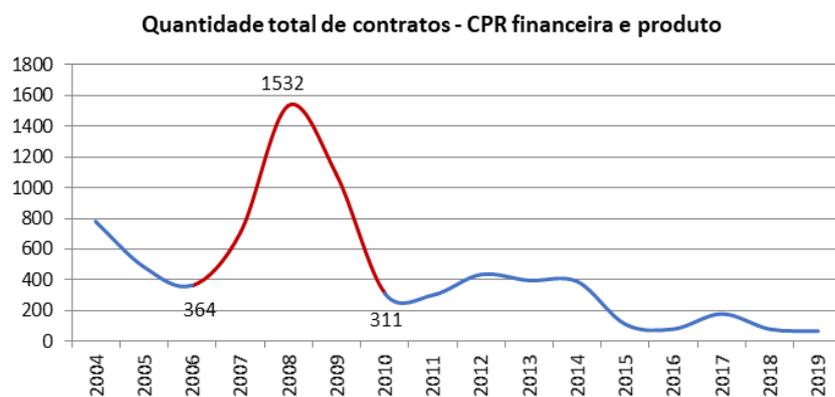


Gráfico 3:

Dados públicos fornecidos pela CETIP: Confecção própria¹⁵.

A tabela 1, apesar de tratar de um curto período, ilustra a grande diferença entre as taxas de juros do crédito oficial e do mercado privado, oferecido via contratação de CPRs. Já os gráficos 2 e 3 demonstram que a partir da instituição da CPR financeira ocorreu a formação de uma grande quantidade deste tipo de contrato, sendo notável a ocorrência do que chamaremos de *ciclos contratuais*. O primeiro¹⁶ ciclo contratual ocorre entre 2006 e 2010. Deve-se observar que os contratos de CPR tem, por lei, duração máxima de 5 anos. A partir de 2010 – período de finalização dos contratos realizados em 2006 – ocorre um segundo ciclo contratual, este já bem mais modesto em número de contratos, entretanto, com valor financeiro contratado maior que o primeiro ciclo contratual – gráfico 2; por fim, de 2016 a 2019 o terceiro ciclo contratual já é quase inexistente, enquanto seu fluxo fi-

nanceiro se mantém aumentando.

Conclui-se a partir do exposto que ocorreu a canalização do crédito rural via CPRs para poucos proprietários. Poucos contratos foram capazes de gerar volumes financeiros crescentes, apesar da queda do número de contratos realizados no Brasil. Suponhamos que dada a dificuldade de concorrência, os médios e pequenos produtores que realizaram contratos de crédito privado via CPR, não voltaram a recontratar esse tipo de crédito por sua inviabilidade e desequilíbrio competitivo. Por outro lado, a grande capacidade de gerar garantias e de mobilizar crédito de grandes produtores, elevou em cada ciclo contratual financeiramente.

Os impactos das cprs na realidade rural

A inequidade de acesso à crédito na nova forma de governança do Estado brasileiro levou a movimentos importantes tanto na base produtiva do país, quanto em sua estrutura fundiária¹⁷. Foram observados a partir dos dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (IPEADATA) que concomitante ao estabelecimento do crédito privado como principal fonte de financiamento à produção rural, ocorreu o decréscimo da área plantada de produtos fundamentais para a nutrição do brasileiro médio – arroz e feijão - ao passo que a área plantada de produtos voltados à exportação teve comportamento contrário, aumentando sua área total de produção no território nacional – soja e cana de açúcar¹⁸.

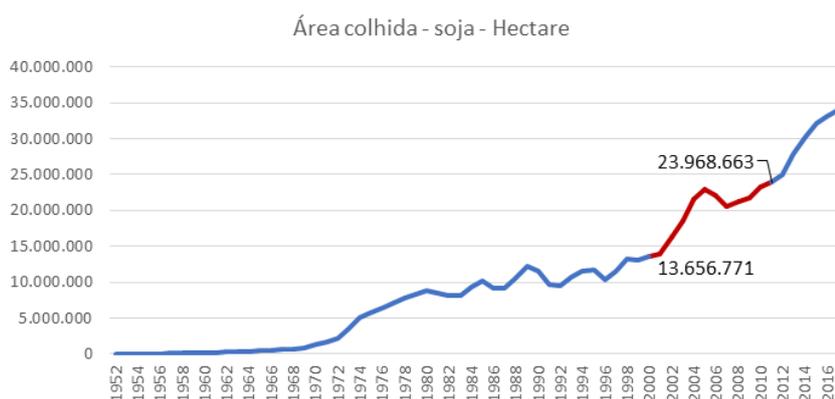


Gráfico 4: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos através do site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).¹⁹ – Produção Própria.

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária

cíficas de vendas do produto.

¹⁴ Ver a tabela de origem do gráfico no site: http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/web_v04_10_03_consulta.asp

¹⁵ Ver a tabela de origem do gráfico no site: http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/web_v04_10_03_consulta.asp

¹⁶ Apesar das CPRs financeiras serem institucionalizadas em 2001, podemos identificar apenas o primeiro ciclo contratual em 2006 uma vez que a CETIP – casa de registro destes contratos e fonte primária desses dados – não fornece dados de número de contratos e valores contratados antes de 2004, forçando-nos a iniciar nossa série temporal nesta data.

¹⁷ Provavelmente surgiram também impactos no regime de trabalho rural, entretanto, essa parte fundamental da questão agrária brasileira não foi trabalhada nesta pesquisa e por isso não constará neste artigo observações a esse respeito.

¹⁸ Foram considerados na pesquisa as culturas de arroz, feijão e mandioca para ilustrar a produção rural orientada ao mercado interno, embora neste artigo só

estejam ilustrados os comportamentos das áreas plantadas de arroz e feijão. Estes foram os produtos escolhidos como forma de análise da relação de produção rural visando atender o mercado interno, primeiro pela irrelevância de suas exportações, e por histórica e culturalmente serem produtos básicos na manutenção da dieta do brasileiro.

Já as culturas de exportação foram ilustradas pela soja, boi gordo e cana de açúcar na pesquisa completa, embora nesse artigo representemos a alocação de culturas voltadas para exportações apenas a partir da soja e da cana de açúcar. A escolha desses produtos refere-se à grande representatividade destes na balança comercial brasileira segundo dados fornecidos pelo ministério

Universidade de São Paulo

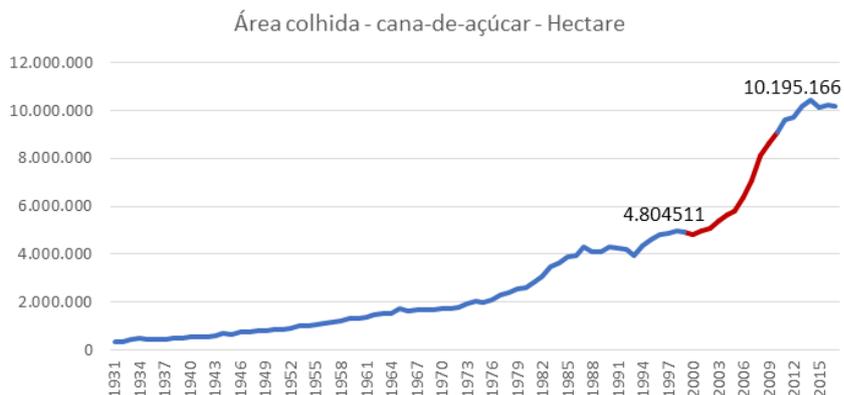


Gráfico 5:

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos através do site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).²⁰ – Produção própria.

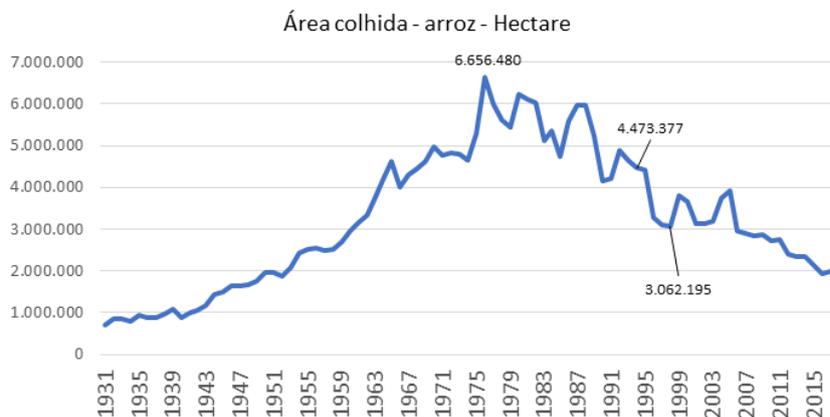


Gráfico 6:

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos através do site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

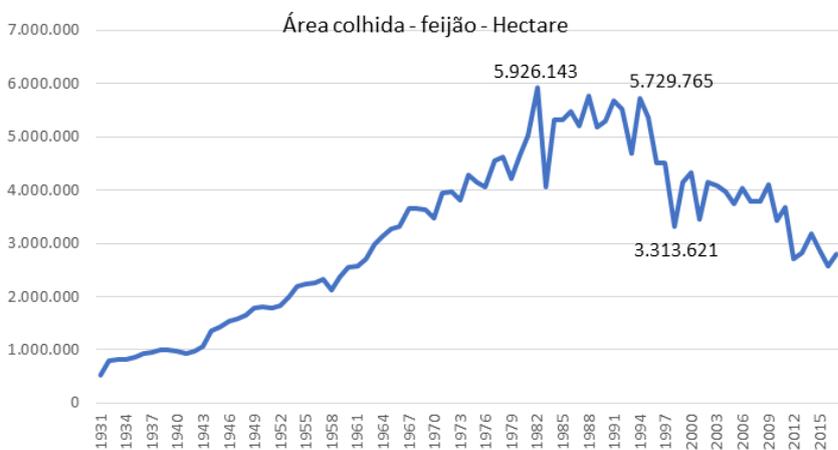


Gráfico 7:

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos através do site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

A similaridade do comportamento entre as culturas representativas do mercado interno e do mercado externo demonstram que o comportamento apresentado é fruto de influências materiais objetivas e estruturais e esses mercados, e não representam um movimento de apenas um produto específico. É notável que ao passo que o crédito público se expande – chega a representar mais de 90% do crédito rural total em toda a década de 1970, sendo atualmente menos de 15% do crédito total tomado pelo setor²¹- ocorreu também a expansão da área plantada dos produtos para o mercado interno, e cresce também a área plantada de bens voltados ao mercado externo. A partir da formação da crise fiscal dos anos 1980, e o escasseamento do crédito rural oficial, é notável a concomitante expansão das lavouras de exportação em detrimento das culturas que atendem ao mercado interno. Sabendo que o mercado interno é principalmente atendido por médios e pequenos proprietários, e o externo em sua maioria por grandes proprietários, os dados obtidos corroboram com a tese de que a inadimplência ou simplesmente incapacidade de contratação creditícia por parte dos pequenos ou médios proprietários²² impulsionou a absorção dessas células produtivas pelos grandes proprietários concorrentes, deslocando suas produções para produtos de maior rentabilidade.

De fato, a área plantada não é um indicativo suficientemente seguro para concluir se a população brasileira teve seu acesso diminuído à produtos básicos. Para verificar o impacto desse deslocamento geográfico e produtivo, realizamos um índice de produção *per capita* de arroz, feijão e mandioca – aqui presentes os índices de arroz e feijão – pela quantidade produzida de cada produto (fornecido pelo IPEADATA) dividido pela população brasileira registrada anualmente pelo IBGE. É notável que a partir da formação dos derivativos financeiros, mais do que a diminuição da área empenhada em atender o mercado interno, ocorreu intensa diminuição da produção *per capita* de arroz e feijão – ver gráficos 8 e 9, que seguem.

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária

da economia acerca da balança comercial brasileira no ano de 2019.

¹⁹ Site: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx;>

²⁰ Site: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx;>

²¹ Dados retirados de: BACHA, José Caetano. **Panorama da agricultura brasileira**. Campinas. Alínea. 2018.

²² Na pesquisa completa encontramos dados referentes a estrutura fundiária brasileira, fornecidos pelo Instituto de Pesquisa e Estatística (IBGE) que demonstram que os principais afetados pela inadimplência e desigualdade competitiva são os médios proprietários. Provavelmente pela ação do governo nos últimos anos a partir da expansão do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF).

Produção per capita por ano - Arroz

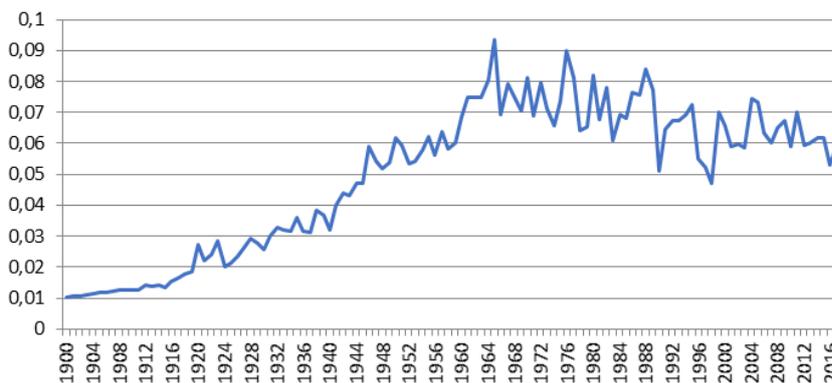


Gráfico 8:

Dados fornecidos pelo IPEADATA. Confecção própria.

Produção per capita por ano - Feijão

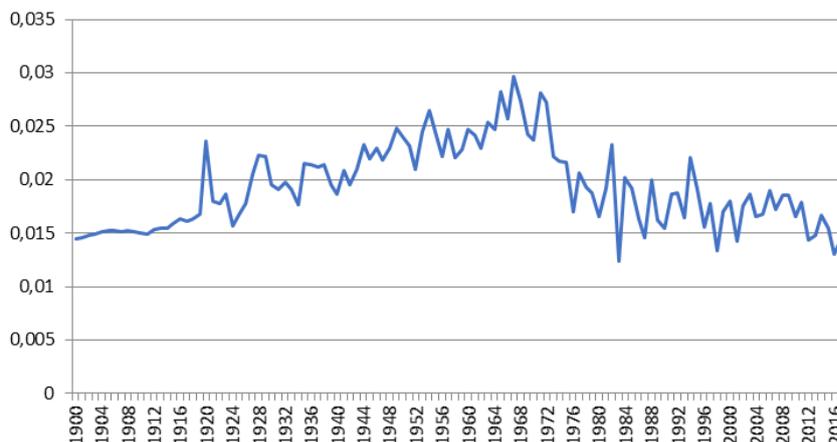


Gráfico 9:

Dados fornecidos pelo IPEADATA. Confecção própria.

Não obstante ao empobrecimento material causado pela canalização dos recursos nacionais para atenderem a demanda internacional, é possível observar os efeitos da competição de mercado mais ampla no meio rural a partir, também, dos censos agropecuários do IBGE. A tabela 2 demonstra como a tendência de desconcentração fundiária, marcada pelos censos de 1985 para 1995 e o deste para 2005 foi quebrado com a diminuição no número de estabelecimentos rurais, apesar do aumento na área total produzida.

Tabela 2:

Indicadores censitários sobre a agropecuária brasileira		
Ano	Número de estabelecimentos	área total (mil ha)
1940	1.904.589	197.720
1950	2.064.642	232.211
1960	3.337.769	249.862
1970	4.924.019	294.145
1980	5.159.851	364.854
1985/ 6	5.801.809	374.925
1995	4.859.865	353.611
2006	5.175.489	329.941
2017	5.072.152	350.253

Censos Agropecuários IBGE – Produção própria.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, nota-se que passamos por um momento de reestruturação fundiária e produtiva no meio rural. Esta reestruturação está intensamente ligada à nova racionalidade que orienta e erige uma realidade abstrata e suas próprias leis de funcionamento, segundo a qual acredita-se ser possível agir sobre a realidade material e encontrar resultados já esperado, “*as if*”²³ essa realidade abstrata fosse objetivamente verdadeira.

Percebemos que a expansão da lavoura de exportação, tal qual da desigualdade fundiária – orientadas pelas novas formas de contratação de crédito rural – fortalecem o *complexo colonial* que trata Caio Prado Jr²⁴. Evidencia-se que os recursos nacionais estão cada vez mais intensamente ligados aos interesses (“demanda”) externa, chegando ao extremo da diminuição da produção *per capita* dos produtos mais básicos para a reprodução do trabalhador brasileiro em favor de commodities de exportação de baixo valor agregado. A neoliberalização da economia brasileira subverteu a tendência de diminuição da importância relativa do PIB agropecuário em relação ao produto total da economia. O gráfico 10 demonstra o avanço não apenas do volume total negociado para exportação de soja, mas o preocupante aumento relativo deste produto agropecuário na balança comercial brasileira. Evidencia a partir desse dado, o processo de desindustrialização do Brasil, e reforçamento do complexo colonial que, segundo a tese de Caio Prado Jr, nos

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária

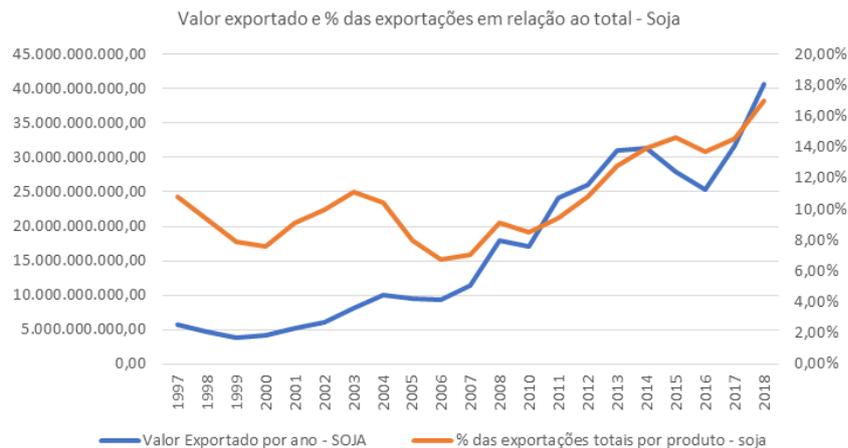
²³ Termo utilizado por Milton Friedman para defender metodologicamente a economia como uma ciência abstrata. Segundo o autor de origem ortodoxa, a ciência seria qualificada de acordo com a capacidade de previsão, sendo de menor importância a teoria na qual essa se embasa. Daí o termo “*as if*” como uma forma de justificar que embora uma teoria mostre-se inconsistente, caso sua capacidade de previsão seja boa, é “como se” a sociedade fosse de acordo com o descrito na teoria. Ver: FRIEDMAN, Milton. **A metodologia da economia positiva**. Edições Multiplic. 1981.

²⁴ Em *História econômica do Brasil*, Caio Prado Jr argumenta que o desenvolvimento econômico brasileiro dependeria da superação do complexo colonial. O complexo colonial seria a grande propriedade monocultora, a dependência em relação ao mercado externo e o trabalho escravo. Essas estruturas não seriam desfeitas de forma subida e a partir de decisões jurídicas, como fim da escravidão formal, mas representariam forma de sociabilidade e de produção que devem ser dissolvidas a partir do desenvolvimento

do capitalismo nacional, via amadurecimento e consolidação do mercado interno e independência em relação ao mercado internacional. Ver: PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo. Companhia das Letras. 2011; PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. Rio de Janeiro. Brasiliense. 1988.

²⁵ Desde os anos 1980, a teoria econômica vive uma espécie de uníssono. A ortodoxia, identificada pela microfundamentação econômica não é contestada nos meios acadêmicos e políticos, levando a uma forma discursiva em que se considera os modelos econômicos como portadores de verdades, resultados incontestáveis, além de ideologicamente neutros e irresistivelmente eficientes. Na obra *Brasil Delivery*, a pro-

Universidade de São Paulo



prende ao subdesenvolvimento.

Gráfico 10:

Dados fornecidos pelo Ministério da Economia. Confecção própria.

O que mais chama a atenção nos dados obtidos – conforme o demonstrado – e no processo recente de “reprimarização” da economia brasileira, a partir da reintensificação de estruturas sociais e produtivas inde-sejáveis, é este movimento ser intensificado por instrumentos modernos de financiamento, tal qual políticas econômicas de ponta e de reconhecimento atual da comunidade intelectual²⁵. Este fato aparentemente insólito é esclarecido pela interpretação do desenvolvimento brasileiro fornecida por Florestan Fernandes em *sociedade de classes e subdesenvolvimento*²⁶. Na obra é proposto que o existem duas esferas sociais no Brasil – o que se reflete em duas esferas produtivas, culturais, simbólicas etc. – uma *moderna* e outra *arcaica*. Essas esferas não seriam conflitantes. Tampouco a robustez da esfera moderna dependeria da diluição da esfera tradicional. Pelo contrário, a estrutura socioeconômica brasileira, o *complexo colonial* de Caio Prado Jr, teria desenvolvido uma forma produtiva e uma estrutura específica na América Latina, em que a modernidade é utilizada como forma de reenquadramento de diferenças sociais que reforçam as mesmas esferas tradicionais.

Não à toa, a absorção dos derivativos como instrumento financeiro ocorre de acordo com a capacidade do sistema financeiro canalizar recursos para o agronegócio – a eles excedentes e não essenciais para a movimentação de seu *core business* – ao passo que os grandes proprietários se adaptem a essa nova forma jurídica. A utilização da forma jurídica e a proteção a propriedade

privada é o instrumento mais eficiente na América Latina para garantir a exclusão e renovar a forma discursiva racional em que a desigualdade se assenta. A utilização dos derivativos e a intensificação da concentração fundiária, tal qual da reorganização produtiva com renovação da dependência nacional ao mercado externo é um novo capítulo do desenvolvimento brasileiro em que a esfera moderna se insere em uma realidade na qual não fora a realidade que inspirou sua criação, ou seja, se importam tecnologias, formas discursivas, formas de legitimação de poder e força-se o enquadramento da realidade objetiva brasileira dentro dessa nova forma jurídica, política e econômica. O mesmo processo aconteceu com a instituição de governos gerais, com a formação da monarquia parlamentar nacional, com a instituição da república no Brasil e etc.

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária

fessora Leda Paulani discute como ocorreu essa formação de discurso único que molda nossa sociabilidade a partir de um verniz de eficiência e neutralidade que não correspondem a realidade objetiva. O discurso homogeneizado também é tema amplamente trabalhado por Milton Santos em *Por uma outra globalização*. Ver: PAULANI, Leda. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo SP. Boitempo editorial. 2008; SANTOS, Milton. **Por uma nova globalização**. São Paulo. Record. 2017.

²⁶ FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo. Global. 2008.

BIBLIOGRAFIA

BACHA, José Caetano. **Panorama da agricultura brasileira**. Campinas. Alínea. 2018.

CHESSAIS, François. **La Finance Mondialisée**. Paris Éditions la découverte. 2004.

_____. **Les dettes illégitimes**. Paris. Raisons d'agir Éditions. 2011.

_____. **La mondialisation financière**. *Genèse, coût et enjeu*. Paris. Syros. 1996.

DARDOU, Pierre. LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde essai sur la société néolibérale**. Paris. Éditions La Découverte. 2010.

DEAN, Warren. **The industrialization of São Paulo**. The University of Texas Press. 1969.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo. Global. 2008.

_____. **Poder e contrapoder na América latina**. São Paulo. Expressão popular. 2015.

FRIEDMAN, Milton. **A metodologia da economia positiva**. Edições Multiplic. 1981.

GONZALES, Bernardo César; MARQUES, Pedro Valentim. **A cédula do produtor rural – CPR e seus ambientes contratual e operacional**. São Paulo. Est. Econ. Jan – Março. 1999.

IANNI, Otavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo SP. Brasiliense, 2004.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo SP. Boitempo editorial. 2008.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo. Companhia das Letras. 2011.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. Rio de Janeiro. Brasiliense. 1988.

Pedro Almeida Meniconi

SANTOS, Milton. **Por uma nova globalização**. São Paulo. Record. 2017.

As novas relações socioeconômicas no meio rural: uma análise crítica acerca da cédula do produtor rural (CPR) como vetor da concentração fundiária
